

## Senadores negam privilégios e destacam avanços na Previdência

*Líderes consideram distorcidas as informações divulgadas pela imprensa e defendem como "tecnicamente correta" a decisão de remeter a lei complementar solução para o IPC*

Senadores de diferentes partidos lamentaram ontem, no plenário, que a imprensa tenha dado destaque a informações distorcidas sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), sem considerar os avanços garantidos no projeto da reforma da Previdência como um todo. A maioria dos oradores considerou correta a decisão de remeter para lei complementar a solução para o IPC e garantiu que a Comissão de Justiça do Senado não aprovou qualquer privilégio para os congressistas no substitutivo do senador Beni Veras. **Páginas 2 e 3**



Ney Suassuna (C) preside a reunião da Comissão de Orçamento que aprovou créditos suplementares

### Aprovados créditos suplementares

Cinco projetos de lei suplementando recursos no valor de R\$ 293,7 milhões, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, foram aprovados ontem pela Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna. A comissão também promoveu uma audiência pública sobre o Orçamento de 1998 com a presença do ministro do Planejamento, Antônio Kandir. **Página 4**

**P**or problemas técnicos na rede de computadores, o *Jornal do Senado* deixa de publicar nesta edição algumas matérias relativas às atividades de ontem do Senado Federal, que serão aproveitadas na edição que circula na segunda-feira.

### Debate sobre reforma agrária reúne entidades

O projeto "Cédula da Terra", que beneficia famílias de agricultores de cinco estados e conta com recursos do Banco Mundial, levou ontem à Comissão de Assuntos Econômicos representantes de entidades dos trabalhadores, dos agricultores e do Incra para um debate sobre a reforma agrária. Presidida pelo senador José Serra, a comissão ouviu, ao mesmo tempo, a defesa da política fundiária do governo e críticas severas de representantes dos trabalhadores. **Página 4**



Serra (C) presidiu o debate, que contou com representantes dos trabalhadores, do governo e dos agricultores

Líder do governo esclarece que imprensa noticiou erroneamente que congressistas poderão se aposentar com apenas oito anos de trabalho

## Elcio: comissão não aprovou privilégio algum a parlamentar



Elcio: lei definirá sobre IPC

O líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), afirmou ontem em plenário que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania "não aprovou qualquer privilégio para os congressistas" ao votar o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à reforma da Previdência. "Foi aprovado um artigo determinando que uma lei complementar disciplinará o assunto. Obviamente que, ao se discutir essa lei, haverá debate sobre a manutenção ou não do IPC", explicou.

Alguns jornais cometeram uma injustiça grave com o Congresso e com o senador Beni Veras. É uma distorção o que foi

noticiado e isso precisa ser contraditado - frisou.

Elcio Alves disse que, além de tudo, "os jornais e as emissoras de televisão" noticiaram erroneamente que parlamentares podem se aposentar "com apenas oito anos de trabalho". A aposentadoria aos oito anos de contribuição dos parlamentares para o Instituto de Pensão dos Congressistas é proporcional, esclareceu o líder do governo. Assim, se um parlamentar contribuir por 35 anos, terá direito ao seu salário na aposentadoria. Se contribuir por apenas oito anos, sua aposentadoria será proporcional a esse tempo, e não integral.

Jáder Barbalho, líder do PMDB, elogiou trabalho de Beni Veras



## Aposentado teve direito assegurado, destaca Jáder

Depois de também contestar "as notícias distorcidas" sobre o IPC, o senador Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado, elogiou o substitutivo apresentado pelo senador Beni Veras (PSDB-CE) à reforma da Previdência. "Os aposentados e pensionistas ficam a dever ao senador Beni Veras, pois foram assegurados os seus direitos previstos na Constituição de 88."

Lamento que, após a última votação na CCJ, a imprensa tenha dado destaque a informações distorcidas sobre o IPC, sem considerar o projeto como um todo, que contém grandes

avanços - sublinhou.

Jáder Barbalho afirmou que o artigo que remete o IPC para uma lei complementar "está tecnicamente correto" e opinou que, caso na discussão da lei os congressistas decidam manter o IPC, "ele terá de ser alterado em alguns pontos".

A Previdência é a reforma constitucional mais polêmica que chegou ao Congresso. Não há família sem um aposentado ou com pessoa prestes a se aposentar. Pois o senador Beni Veras conseguiu manter a paridade salarial entre ativos e aposentados - disse.

## Amin acha entrevista de Arruda "esquiva"

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) disse em plenário que estranhou "a forma esquiva com que foram respondidas" pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, as perguntas que lhe foram feitas ontem sobre o IPC, ao participar do noticiário "Bom Dia Brasil", da Rede Globo.

O que foi lançado a respeito do IPC, como inserido no substitutivo do senador Beni Veras, não tem nada a ver com as acusações que foram feitas e que não foram rebatidas - afirmou.

Amin assinalou que fazia "moderada observação" sobre a entrevista porque José Roberto Arruda não se encontrava no plenário.



Amin: "Observação moderada"

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Segunda-feira (08.09.97)

CONGRESSO NACIONAL

11h - Sessão Solene

Pauta: Homenagear o presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio. *Plenário do Senado Federal* Oredores: Pelo Senado Federal, senador Lúcio Alcântara.

Pela Câmara dos Deputados, deputado José Lourenço.

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Torça-feira (09.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLC nº 47/94, que dispõe sobre o exercício profissional do técnico de segurança patrimonial; e "PLC nº 140/94, que regulamenta a profissão de arqueólogo.

Quarta-feira (10.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Votação em primeiro turno da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifi-

ca o sistema de Previdência Social e estabelece normas de transição, e "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de Previdência Social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Quinta-feira (11.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLC nº 89/92, que concede isenção do imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoa portadora de deficiência.

Sexta-feira (12.09.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

### COMISSÕES

Quarta-feira (10.09.97)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; "PLS nº 32/97 (terminativo), que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

*Líderes partidários assinaram requerimento para que todos os projetos sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas que se encontram no Senado tramitem em conjunto*

## Sérgio Machado explica por que o IPC será tratado em lei complementar

O senador Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, destacou que a CCJ, ao remeter a discussão sobre o IPC para lei complementar, reduziu o *quorum* para tratar o assunto. Lei complementar exige aprovação por maioria absoluta, enquanto emenda constitucional só é aprovada por três quintos dos votos.

Sérgio Machado informou ao plenário que os líderes partidários assinaram ontem requerimento para que todos os

projetos sobre o IPC que se encontram no Senado tramitem em conjunto, o que dará agilidade à discussão da matéria.

O líder do PSDB aplaudiu o trabalho de Beni Veras (PSDB-CE) ao relatar a reforma da Previdência, "elogiado inclusive por parlamentares da oposição, que reconheceram a paciência, a luta, a negociação, os acordos, a abertura, de forma que pudéssemos avançar em um projeto que todos consideravam extremamente difícil".



Sérgio Machado: até a oposição aplaudiu Beni Veras



Dutra: coerência

## Dutra prega a extinção de instituto

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), defendeu emenda de sua autoria ao substitutivo da reforma da Previdência que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). Para ele, se o plenário não aprovar a emenda que fecha o IPC, "ele não vai acabar, pois a lei complementar pode ficar nas gavetas do Congresso".

Dutra acha que o Congresso, no momento em que "vai mexer com a vida de milhões de brasileiros", votando a reforma previdenciária, teria mais autoridade "se mexesse antes em questões ligadas aos parlamentares". Para ele, a CCJ não manteve coerência ao votar o artigo que trata do IPC, pois no mesmo dia decidiu cortar privilégios do Judiciário.

Os parlamentares, na opinião de José Eduardo Dutra, só devem ter prerrogativas enquanto forem parlamentares. "Quando terminam os mandatos, eles se tornam cidadãos comuns e, como todo brasileiro, podem entrar para um fundo de pensão complementar."

Em aparte, o senador Beni Veras (PSDB-CE), relator da reforma da Previdência, ponderou que pessoas que deixam seu trabalho e se tornam parlamentares têm dificuldades para manter o nível de responsabilidade que tinham antes. Beni lamentou que, depois de todo o trabalho para se chegar a um substitutivo que atenda à média dos parlamentares, a imprensa "dê um tratamento folclórico à questão".

## Francelino anuncia debate em comissões



Francelino: comissões vão discutir propostas que mudam IPC

Manifestando-se pessoalmente contra a manutenção do IPC, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou ao plenário que as lideranças partidárias pretendem que as comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) se reúnam, já na próxima semana, para discussão conjunta de todos os projetos que propõem

mudanças no IPC. As lideranças já assinaram requerimento com esse objetivo.

Na opinião de Francelino, se a CCJ decidiu quarta-feira que as aposentadorias do Judiciário obedecem os critérios estabelecidos para todo o funcionalismo público "é porque os parlamentares estão decididos também a examinar, para cortar, os privilégios que porventura existam com relação a eles próprios".

## Alcântara defende solução técnica adequada

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu ontem a ideia de o Legislativo criar mecanismos para que o parlamentar tenha algum tipo de aposentadoria, visto que, ao investir-se do mandato, o cidadão deixa de contribuir para o sistema previdenciário a que estava vinculado. Ele disse que foi amparado nesse entendimento que votou a favor da proposta de Beni Veras (PSDB-CE) para a reforma da Previdência Social.

- Eu o fiz de maneira consciente, sabendo exatamente o que estava votando e buscando oferecer ao ordenamento da matéria a solução técnica mais adequada.

Lúcio Alcântara explicou que, na ordem jurídica brasileira, o parlamentar só é



Alcântara: lei complementar para aposentadoria de parlamentares

equiparado ao servidor público nas questões que envolvam procedimentos criminais. Nos outros casos, prosseguiu, o parlamentar é membro de um Poder e, como tal, passa a ter tratamento singular na Constituição, inclusive no que diz respeito à aposentadoria.

Conforme Alcântara, no

desempenho do mandato, o parlamentar se afasta de sua profissão, "ficando alijado do sistema previdenciário, quer dos servidores públicos, quer da iniciativa privada". Ele disse que, na deliberação da Comissão de Constituição e Justiça, apresentou um voto prevendo a existência de uma lei complementar que

fixe as regras regulamentadoras da aposentadoria de parlamentar.

O senador afirmou que somente na tramitação legislativa essas regras serão definitivamente traçadas, e sustentou que não defende privilégios. "Ao contrário, uma lei complementar, que exige maioria para ser aprovada em cada Casa, estando ainda sujeita a veto, certamente disporá sobre o assunto de maneira adequada", sustentou.

Ele lembrou que o emprego do parlamentar é o mandato e que o empregador é o Legislativo, isto é, o povo, daí por que entende que esse Poder deve encontrar uma solução para que o legislador fique abrangido por um sistema previdenciário próprio.

Ministro do Planejamento afirma na Comissão de Orçamento que reduzir a relação dívida líquida/PIB "é decisivo"

## Superávit de 1,5% é a meta em 98, diz Kandir

Como "é forçoso reconhecer que as condições objetivas de crescimento forte e sustentado ainda não estão criadas", o objetivo da proposta do governo para o Orçamento de 1998 é o de reduzir o volume da dívida líquida pública em relação ao PIB, que hoje está em torno de 33%. A afirmação foi feita pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Antônio Kandir, em audiência pública realizada ontem pela Comissão Mista do Orçamento, sob a presidência do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Reduzir a relação dívida líquida/PIB é decisivo, reiterou o ministro, "porque o desenvolvimento produtivo de longo prazo só se realiza se o investidor privado tiver confiança de que não haverá flutuação significativa nas taxas de juros". Para tanto, a "missão" do governo para o próximo ano é reduzir a dívida pública das três esferas de governo e atingir um superávit primário de 1,5% em relação ao PIB através de privatizações, ajuste fiscal das contas públicas estaduais e compressão das despesas correntes.

Ao apresentar os grandes números do Orçamento, Kandir destacou que o governo terá R\$ 9,8 bilhões de aumento nas despesas, de modo que a proposta orçamentária para 1998 prevê gastos de R\$ 180 bilhões e receitas de R\$ 187 bilhões. As despesas relativas a 1997 atingirão aproximadamente R\$ 170 bilhões, afirmou. A diferença positiva de R\$ 7,4 bilhões representa o superávit de 1,5% do PIB a ser alcançado, dos quais 0,8% serão garantidos pelo governo central e 0,7% pelas empresas estatais.

Para o ministro, 95% do aumento previsto de despesas governamentais devem ser atribuídos à falta das reformas administrativa e previdenciária. Conforme dados de evolução dos gastos com pessoal e benefícios previdenciários, entre 95 e 98 o governo registrou um aumento de R\$ 29 bilhões com essas despesas.

Esse esforço de equilíbrio nas contas públicas não implicará redução dos gastos na área social, que, ao contrário, serão am-



Kandir explica metas do governo, na reunião presidida por Suassuna

pliados via redução, em termos reais, dos gastos com projetos e atividades dos ministérios, garantiu o ministro. Assim, de um total de R\$ 39,9 bilhões para atividades e projetos, R\$ 1,6 bilhão será destinado aos Poderes Judiciário e Legislativo. Dos R\$ 38 bilhões restantes, "sob responsabilidade do Executivo, 60,4% serão destinados à área social, dos quais 75% irão para educação e saúde".

Em questionamento ao ministro, deputados opositoristas

destacaram que houve superávit primário e operacional em 1994 e que, depois desse ano, as despesas do governo aumentaram por força do aumento das taxas de juros e não o contrário, como alegou Kandir. Para eles, os gastos com pessoal e com benefícios previdenciários têm diminuído em relação ao PIB, enquanto os juros e encargos da dívida representaram R\$ 25 bilhões em 97 e, conforme projeção para 98, atingirão R\$ 37 bilhões.

## Aprovados R\$ 293,7 milhões em créditos

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem cinco projetos de lei suplementando recursos, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, no valor total de R\$ 293,7 milhões. Os projetos deverão ser submetidos à deliberação do Congresso.

Um dos projetos aprovados destina R\$ 44,4 milhões aos ministérios da Educação e do Desporto (R\$ 36,5 milhões), Previdência e Assistência Social (R\$ 900 mil), Trabalho (R\$ 6,5 milhões) e Cultura (R\$ 450 mil). Os créditos serão aplicados, respectivamente, na manutenção de hospitais universitários, informatização da arrecadação e dos postos de benefícios da Previdência, custeio de postos de atendimento, delegacias e subdelegacias regionais do trabalho e preservação e difusão de museus, casas históricas e cinematecas, a cargo do IPHAN.

O Ministério da Marinha, conforme outro projeto aprovado, incorporará R\$ 17,1 milhões a seu

orçamento, decorrentes de superávit financeiro do Tesouro Nacional oriundo das receitas geradas pela extração de óleo bruto, xisto betuminoso e gás, recolhidos pela Petrobrás a título de *royalties* do petróleo.

Outra dotação especial aprovada para o Ministério da Educação, no valor de R\$ 331 mil, destina-se a despesas correntes e inversões financeiras na Escola Técnica Federal de São Paulo e Fundação Universidade Federal do Maranhão, entre outras instituições de ensino.

A Comissão de Orçamento aprovou também crédito suplementar de R\$ 221,2 milhões para a Câmara dos Deputados, destinado à cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, e de R\$ 10,6 milhões, destinados aos ministérios da Ciência e Tecnologia (R\$ 700 mil), Transportes (R\$ 8,2 milhões) e Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (R\$ 1,7 milhão).

## Serra abre debate na CAE sobre a reforma agrária

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por José Serra (PSDB-SP), realizou audiência pública ontem para debater a reforma agrária. Serra abriu o encontro esclarecendo que a reunião foi motivada pelo projeto Cédula da Terra, programa de US\$ 90 milhões financiado pelo Banco Mundial e que já atende a 15 mil famílias de cinco estados.

O debate reuniu o presidente do Inera, Milton Seligman, e o vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Gilman Viana Rodrigues, que defenderam a política governamental, além do representante do MST, Gilmar Mauro, e do presidente da Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), Francisco Urbano, que contestaram a proposta do governo para a questão fundiária no país.

Seligman iniciou a exposição afirmando que os assentamentos promovidos pelo atual governo já superaram todos os que foram feitos por governos anteriores. Disse que o presidente Fernando Henrique trabalha para assentar 270 mil famílias e garantiu estar convencido de que "os candidatos às eleições de 1998 deverão apresentar metas mais ambiciosas", já que, a seu ver, a sociedade ainda considera tímida a proposta atual.

O presidente do Inera esclareceu que o programa Cédula da

Terra já foi iniciado em caráter experimental em áreas dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão. Observou que 295 mil famílias deverão ser atendidas, além das 15 mil já assentadas pelo projeto. Seligman informou que o montante de recursos do projeto é de US\$ 150 milhões, sendo que o Banco Mundial destinará US\$ 90 milhões entre 1997 e 1999. Os US\$ 60 milhões restantes virão da contrapartida do governo brasileiro.

O vice-presidente da CNA, Gilman Rodrigues, disse ser favorável ao Cédula da Terra, que "é um instrumento da maior validade" para ajudar o governo a resolver a questão fundiária brasileira. Para o representante do MST, Gilmar Mauro, "o projeto Cédula da Terra não resolverá a questão na essência". Após salientar que a reforma agrária no Brasil depende apenas de decisão política, ele disse que, "assim como todos os outros já anunciados pelo governo, o programa financiado pelo Banco Mundial é mais uma forma de o governo propagandear suas políticas".

Já o presidente da Contag, Francisco Urbano, afirmou que "o atual governo não mudou nada em relação aos governos anteriores, pois o único governo que tinha disposição para fazer a reforma agrária foi o de Goulart, que acabou cassado". A seu ver, o Cédula da Terra é um programa retrógrado e "o Inera está com uma estrutura arcaica e seus técnicos não estão preparados".

## Assistência médica para demitidos volta à CAS

O plenário do Senado decidiu ontem enviar novamente à Comissão de Assuntos Sociais o projeto de lei que obriga as empresas a manter os empregados demitidos sem justa causa, por um período que varia de três a 12 meses, no mesmo convênio médico a que teriam direito se estivessem em serviço. Requerimento nesse sentido foi apresentado por José Serra (PSDB-SP) para que esta proposição tramite conjuntamente com o projeto de lei de sua autoria que trata do mesmo assunto.

Na mesma sessão, o plenário

aprovou requerimento de Flaviano Melo (PMDB-AC) solicitando urgência para os Projetos de Lei do Senado nºs 41 e 133, de 1996, dispoendo sobre a implementação de reforma agrária. As matérias serão votadas na próxima terça-feira.

Foi aprovado ainda projeto de resolução que corrige um erro técnico na resolução, já aprovada, autorizando o governo a contratar empréstimo de US\$ 450 milhões para a duplicação da rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.